

PORTUGAL, Sílvia; MARTINS, Paulo Henrique (org.) *Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais*. Coimbra: Imprensa de Ciências Sociais, 2011. 127p.

Joana Pimentel Alves¹

Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais resulta de um conjunto de reflexões de investigadores portugueses e da América Latina, acerca das transformações das sociedades e dos desafios teóricos e metodológicos que essas mudanças representam para as ciências sociais. Organizado por Paulo Henrique Martins e Sílvia Portugal, este livro compila um conjunto de textos que trazem uma nova abordagem sobre as democracias actuais, a participação, a cidadania e a produção de bem-estar.

O livro é composto por dez textos. O primeiro é a introdução à obra, e importa sobre ele deixar algumas notas. Escrito pelos organizadores, dá a conhecer globalmente o conteúdo do livro, o projecto que esteve na sua origem, e apresenta as referências teóricas centrais da obra, a saber: a dádiva e a teoria das redes. É, por este último aspecto que, a leitura da introdução se revela valiosa. Porque o paradigma da dádiva e a teoria das redes sociais são ainda marginais no âmbito das ciências sociais, a sua caracterização, ainda que breve, permite que o leitor compreenda a sua natureza e consiga enquadrar os trabalhos aqui presentes num contexto de reflexão mais amplo.

¹ Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Desde Janeiro de 2012 que é bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e frequenta o programa de Doutoramento em Sociologia da FEUC. Os seus interesses de investigação centram-se na produção de cuidado pela família, dando especial destaque ao cuidado da dependência, às questões do reconhecimento do papel dos cuidadores informais, e aos impactos do cuidado nas suas vidas.

Como explicado, a perspectiva a partir do paradigma da dádiva e da teoria das redes sociais, aqui adoptada, permite superar uma limitação usual nas ciências sociais: a separação da análise das coisas da análise dos laços. Assim, as relações sociais e o seu conteúdo são observados conjuntamente, com o objectivo de “ [...] visibilizar laços sociais e formas de associação que, de um modo geral, não são considerados na análise da cidadania e das políticas públicas” (p.9). Compreendemos, então, que os contributos teóricos aqui reunidos afirmam a vitalidade do dom nas sociedades contemporâneas e a importância das redes sociais para desvendar formas simbólicas, sociais e associativas nas discussões acerca da participação e da cidadania.

O primeiro texto é da autoria de Paulo Henrique Martins, e intitula-se “O dom como fundamento de uma cultura democrática”. Nele, o autor reflecte e identifica as dificuldades de construção e emancipação de um pensamento democrático participativo. Dificuldades que, para o autor, são passíveis de serem observadas em diversos contextos e que resultam, principalmente, de dois aspectos: por um lado, das resistências levantadas pelo pensamento utilitarista e mercantilista, que ainda é hegemónico; e, por outro, da insuficiente compreensão das relações entre simbolismo, poder político e democracia.

Em “Confianza e deliberación: las condiciones éticas de la participación democrática”, María Cristina Reigadas fala-nos da importância das políticas públicas promoverem laços de confiança entre os diferentes actores. O seu estudo centra-se no contexto latino-americano, analisando a consolidação das instituições democráticas e a qualidade dos debates sobre a qualidade da democracia. Conclui que as políticas públicas não podem ser pensadas apenas pelo Estado; mas serem geradas no âmbito de processos de conversação e de deliberação que envolvam outros actores, no sentido em que isto

umenta a sua credibilidade. Seguidamente, os textos de Portugal e Ruivo partem da teoria das redes para discutir as relações entre público e privado na sociedade portuguesa.

Assim, em “Dádiva, Família e Redes Sociais”, Sílvia Portugal demonstra a vitalidade do dom nas sociedades contemporâneas e a importância das redes sociais e da família na provisão de bem-estar no contexto português. Já em “A face oculta da lua: reflexões sobre as relações entre o formal e o informal”, Ruivo afirma a interdependência entre sistema formal e informal, declarando que todas as actividades formais possuem aspectos informais “[e, portanto,] o sistema informal não é uma entidade distinta e totalmente separada do sistema formal” (p.59). No caso concreto das políticas públicas, a reflexão revela-nos a coexistência entre um modelo hierárquico-formal com um modelo horizontal-informal na concepção e execução das políticas públicas em Portugal.

Adriana Marrero faz uma crítica ao conceito de capital social a partir do uso que teve na América Latina. Não deixando de demonstrar o sucesso que o conceito teve (e ainda tem) na teoria sociológica e na formulação de políticas públicas, a autora mostra que ao invés de ajudar ao (re)descobrimto dos laços sociais, o seu uso veio contribuir para que se atribuisse uma dimensão económica às trocas que aí circulam, ignorando-se as motivações e os significados que as acções têm para os sujeitos.

Seguidamente, Aécio Matos, em “Os Determinantes Sociais da Saúde”, discute como o lugar que ocupamos na estrutura social influencia, de modo directo, o acesso e a qualidade de serviços de saúde que na realidade pudemos usufruir. Ele mostra, assim, a existência de uma correlação directa entre o posicionamento das populações no quadro político e a sua capacidade de influenciar as decisões institucionais. O objectivo do autor é mostrar como a democracia participativa pode melhorar a qualidade

desses mesmos serviços e, portanto, a saúde das populações.

“O papel das redes sociais nas políticas sociais. O caso da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados”, escrito por Maria José Hespanha e Pedro Hespanha, vem demonstrar como um programa construído para se trabalhar em parceria, coloca ele próprio muitas limitações a um trabalho desta natureza, especialmente a uma participação efectiva das famílias e da comunidade. Os autores concluem que nesta rede de cuidados “o papel deixado à família e à comunidade parece ser muito limitado e corresponder a uma ideia (tradicional) de que os grupos primários partilham a responsabilidade de cuidar dos seus descendentes e de que tudo o que se lhes exige é que colaborem com o Programa para este poder desempenhar a sua missão” (p.103).

Os dois últimos textos, da autoria de Breno Fontes e Eliane da Fonte respectivamente, centram também a sua análise na área da saúde, concretamente na saúde mental e no processo de desinstitucionalização em curso na sociedade brasileira. Se o texto de Breno Fontes mostra as potencialidades de se articular o campo médico, com o campo das organizações da sociedade civil e a esfera das redes primárias de sociabilidade; já o de Eliane da Fonte, discute os modelos tradicionais de avaliação dos cuidados de saúde, chamando atenção para a necessidade de construção de instrumentos e indicadores que dêem conta do impacto dos modelos de prestação de cuidados na qualidade de vida dos doentes mentais.

Nesta colectânea, a tríade Estado-mercado-comunidade é (re)pensada de uma forma inovadora, no sentido em que os autores não só interrogam velhas e novas teorias, mas propõem ainda leituras e conceptualizações alternativas e trazem para a sua reflexão novos actores e novas formas de organização da sociedade que têm substituído progressivamente aqueles que

foram dominantes no século XX. E, portanto, podemos afirmar que estamos perante uma colectânea importante para quem trabalhe sobre a questão da cidadania, das políticas públicas e das redes sociais, mas, também, simplesmente para quem se interessar por estas temáticas. O facto deste livro cruzar narrativas disciplinares diversas e confrontá-las com investigações provenientes contextos sociais diferentes, torna-o numa obra interessante, mais completa e, por isso, susceptível de interessar a um público mais vasto. Para mais, a análise da cidadania e das políticas públicas através do paradigma da dádiva e das redes sociais evidenciou aspectos que as análises mais tradicionais continuam a ignorar: importância do informal para pensar e compreender o sistema formal. Os textos reunidos evidenciam ainda, de forma clara, que nem tudo o que circula em sociedade é motivado pelo cálculo racional e pela troca mercantil. No actual contexto de crise económica e recuo na protecção social, pensar o mundo social através de um modelo de circulação dos bens que difere intrinsecamente daquele que é analisado pelos economistas, torna-se interessante e desafiador para os investigadores sociais.